

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.

a. Garantias
Em dezembro de 2006, a Companhia celebrou um contrato de financiamento com Japan Bank for International Corporation - JBIC e Norsk Hydro N.V. no valor total de US\$ 340.000 mil e US\$ 175.398 mil, respectivamente, com o objetivo de financiar parte de seus investimentos para o novo projeto de expansão - Projeto de Expansão 3. O total desses empréstimos era de US\$ 515.398 mil. De acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos junto ao JBIC, os pagamentos de principal e juros ocorreriam semestralmente. A primeira parcela do principal teria vencimento em abril 2011 e a última em outubro de 2020. A primeira parcela dos juros teve início em abril de 2007 e encerraria em outubro de 2020. Em 2009, face a reestruturação financeira da Companhia, a administração decidiu pela extinção do contrato mantido junto ao JBIC e a Vale S.A. assumiu a dívida e as garantias mantidas com essa instituição financeira. Em contrapartida, a Companhia assumiu uma dívida de pré-pagamento de exportação junto a Vale International S.A. com as mesmas características mantidas com a anterior instituição financeira, JBIC. A garantia atrelada ao contrato de empréstimo junto ao JBIC foi extinto com a assunção da dívida pela Vale S.A.. Uma nova garantia foi dada a Vale S.A. pelos acionistas da ALUNORTE, de acordo com o percentual de participação acionária: Companhia Brasileira de Alumínio - CBA (3,62%), Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd. - NAAC (2,59%), Mitsui &Co. Ltd. (2,19%) and Japan Alunorte Investment Co. - JAIC (0,54%). A partir de 1º de março de 2011 com a transferência dos ativos da Vale S.A. para Norsk Hydro ASA, as garantias em nome da Vale S.A. passaram a ser de responsabilidade da Norsk Hydro

15. Passivos de arrendamento financeiros

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Menos de um ano	38.427	30.075	27.129	21.829	11.298	8.246
Entre um e cinco anos	192.133	150.376	122.147	99.293	69.986	51.083
Mais de cinco anos	461.118	390.976	149.735	134.732	311.383	256.244
Total	691.678	571.427	299.011	255.854	392.667	315.573

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, começou a ser utilizada a primeira embarcação para transporte marítimo e fluvial de bauxita a granel adquirida da Companhia de Mineração Rio do Norte S.A, localizada em Porto Trombetas /PA. O contrato de prestação de serviços de transporte foi pactuado em 20 de abril de 2009 com a Log-in Logística Intermodal S.A e prevê a construção e utilização de duas embarcações exclusivas especializadas no transporte de bauxita a granel e construídas com especificações apropriadas aos portos de embarque e destino utilizados nas operações da Companhia. O prazo de vigência do contrato iniciou em 1 de janeiro de 2010 e encerrará em 31 de dezembro de 2034. Em dez/2016 foi concluído a transferência dos ativos da empresa Log-in Logísticas Intermodal S.A. para a Hidrovias do Brasil, inclusive a propriedade das embarcações Tucunaré e Tambaqui, e a cessão do contrato firmado entre a Log-in e a Alunorte - Alumina do Norte do Brasil.

O aumento nos saldos com arrendamento financeiro no balanço ocorreu exclusivamente pela entrada em operação da segunda embarcação para transporte de bauxita, conforme previsto em contrato. Apesar do acordo não ter a forma legal de um arrendamento, a Companhia concluiu que o acordo contém o arrendamento do equipamento, uma vez que o cumprimento do acordo é economicamente dependente da utilização do equipamento, sendo improvável que quaisquer partes, exceto a Companhia, venham a utilizar a embarcação construída de acordo com as especificações requeridas pelas operações da Companhia. O arrendamento foi classificado como um arrendamento financeiro. A Companhia não pode estimar de forma confiável os valores justos relativos ao elemento de arrendamento e outros elementos dos pagamentos necessários. Assim, no início do arrendamento a Companhia reconheceu um ativo e um passivo em um montante igual ao valor justo estimado do equipamento. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros de 7% a.a..

16. Provisões, Contingências e Depósitos judiciais

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	6.656	3.690	3.749	5.213
Cíveis	-	-	11.251	2.359
Tributárias	73.366	76.043	14.807	12.907
Restauração dos depósitos de resíduos (Nota 3.10)	-	-	503.048	226.398
	<u>80.022</u>	<u>79.733</u>	<u>532.855</u>	<u>246.877</u>

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2016 e 2015 está demonstrada a seguir:

N.V., assim como o credor do empréstimo, originalmente junto ao JBIC, foi transferido da Vale International S.A. para Norsk Hydro N.V. A partir de novembro de 2013 esse credor foi substituída de Norsk Hydro N.V para Norsk Hydro ASA. Em 31 de dezembro de 2016 os saldos (excluindo os encargos) de empréstimos com a Norsk Hydro ASA. totalizavam de R\$ 503.920 (R\$ 1.000.250 em 2015).
b. Financiamento para projeto de expansão 3
Em 21 de dezembro de 2006 foi contratada uma nova linha de crédito junto ao Japan Bank for International Corporation - JBIC e Norsk Hydro N.V. no valor de US\$ 340,0 milhões, e US\$ 175,4 milhões, respectivamente, totalizando US\$ 515,4 milhões, com a finalidade de financiar parte da expansão 3 da Alunorte, que elevará a sua capacidade para 6,3 milhões de toneladas anuais. Esse contrato terá carência de 4 anos, o principal será amortizado em 20 parcelas semestrais de abril de 2011 a outubro de 2020 e o pagamento dos juros será semestral a partir de abril de 2007 a outubro de 2020. Até 31 de dezembro de 2008, foram liberados US\$ 340,0 milhões pelo Japan Bank for International Corporation - JBIC e US\$ 175,4 milhões pela Norsk Hydro N.V. totalizando US\$ 515,4 milhões. Em função da reestruturação que a Companhia passou em 2009, o contrato com o JBIC foi assumido pela Vale S.A..
A partir de 1º de março de 2011 as operações de US\$ 340,0 milhões e US\$ 175 milhões foram assumidas pela Norsk Hydro N.V. A partir de novembro de 2013 o credor foi substituído de Norsk Hydro N.V para Norsk Hydro ASA. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo destes empréstimos é de US\$ 206,159 (US\$ 257,699 em 2015).

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	57.197	129.420		
Adições	21.887	112.160		
Baixas	(6.326)	(10.277)		
Atualizações monetárias	6.975	15.574		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	79.733	246.877		
Adições	2.381	270.932		
Baixas	(6.919)	(14.838)		
Atualizações monetárias	4.827	29.884		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	80.022	532.855		

a. Natureza das provisões

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A Companhia mantém constituída em 31 de dezembro de 2016 provisões dessa natureza no passivo não circulante de R\$ 29.807 (R\$ 20.479 em 2015).

A companhia possui um local específico para armazenamento dos seus resíduos de produção. Estes resíduos são armazenados em Depósito de Resíduos Sólidos (DRS1) em uma área estimada de 260 hectares, cujo fechamento e reabilitação estão previstos para o período compreendido entre 2016 a 2030. Em dezembro de 2015 foi constituída uma nova provisão para o DRS2 ("fase 1") em uma área estimada de 200 hectares, com previsão de iniciar a operação da sua primeira fase em agosto 2016, cuja a reabilitação progressiva está prevista para o período compreendido entre 2018 a 2026. Para cobertura dos custos com a recuperação e reabilitação das áreas destinadas ao DRS' 1 e 2 e a reabilitação em outras áreas a título de compensação, a Companhia mantém constituída em 31 de dezembro de 2016 uma provisão de R\$ 82.713 no passivo circulante (R\$ 1.649 em 2015) e R\$ 420.335 no passivo não circulante (R\$ 224.749 em 2015).

b. Perdas contingenciais possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída considerando que é mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, conforme composição e estimativa a seguir:

	2016	2015
Tributárias(i)	628.204	632.800
Cíveis	47.753	39.665
Trabalhistas	225.886	226.802
Ambiental	57.665	45.957
	<u>959.508</u>	<u>945.224</u>

(i) A natureza das contingências tributárias referem-se, princi-

palmente, aos questionamentos pelo não recolhimento de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre conexão de energia elétrica entre os anos de 2007 a 2012, a glosas ocorridas em pedidos de restituição ou compensação de créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 e 2012 e à discussão sobre a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre equipamentos considerados edificações exigido entre os anos de 2010 a 2015.

17. Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social subscrito é composto por 2.209.966 mil ações ordinárias, 115.434 mil ações preferenciais classe C, sem valor nominal e 447.479 mil ações preferenciais classe A, com valor nominal.

As ações preferenciais Classe C são asseguradas: (1) o direito de prioridade na distribuição de ativos residuais no caso de liquidação da Companhia; (2) prioridade na distribuição de dividendos, com direito de receber dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (3) dividendo mínimo anual de 1%, não cumulativo, calculado sobre a parcela do capital constituído por essa classe de ações; (4) direito a voto caso o dividendo mínimo anual de 1% não tiver sido pago durante um período de 3 anos consecutivos, iniciando-se a partir da data em que a fábrica tiver alcançado uma produção acumulada de 2.325 mil toneladas métricas de alumina ao longo do ano.

Em AGE realizada em 21 de setembro de 2010, nos termos do acordo de acionistas da Alunorte, firmado em 19 de agosto de 1993, foi aprovada a transferência para a Ananke Alumina S.A. da totalidade da participação acionária da Vale S.A. no capital social da Companhia, representada por 1.304.250.027 ações ordinárias, 197 ações preferenciais Classe "A" e 21.992.308 ações preferenciais Classe "C".

Em AGE de 18 de setembro de 2012 os acionistas aprovaram a proposta de aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 819.961.820,60 mediante a emissão de 447.479.710 ações preferenciais de classe A, com valor nominal de R\$ 1.8324 por ação a serem integralizadas em 4 parcelas de novembro de 2012 a fevereiro de 2013. As novas ações preferenciais emitidas serão totalmente subscritas e integralizadas pelos seguintes acionistas, de acordo com Boletim de Subscrição de Ações. Ananke Alumina S.A., Hydro Aluminum Brasil Investment BV e Mitsui & Co., Ltd.

A partir de 2013 a participação acionária passou a ser a seguinte: Ananke Alumina S/A 57,7%, Hydro Aluminium Brasil Investment BV 34,43%, Companhia Brasileira de Alumínio 3,03%, Nippon Amazon Aluminium CO., Ltd 2,17%, Mitsui & CO., Ltd 2,22% e Japan Alunorte Investment CO., Ltd 0,45%. Não houve nenhuma outra mudança com relação a participação dos acionistas nos últimos anos.

b. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com base no estatuto social da Companhia,após a constituição da reserva legal será destinado 25% do lucro líquido para atendimento ao art. 202 da Lei 6.400/76 como dividendos obrigatórios, e os 75% remanescentes serão colocados a disposição da Assembleia Geral que através de proposta da Diretoria deliberará sobre sua destinação.

c. Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de Lucros Acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

d. Subvenção ao Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

Refere-se a realização de reserva pela depreciação de embarcação, (Rebocador), adquiridos com recursos de Adicional ao frete para renovação da marinha mercante - AFRMM, Recurso que a ALUNORTE tinha direito quando arrendava Navios para o transporte de Bauxita entre os portos de Trombetas e Vila do Conde. Em fevereiro de 2016 ocorreu a venda do Rebocador Victorio que dava origem a essa reserva, consequentemente a mesma foi extinta.

e. Destinação do resultado do exercício

A administração propôs aos acionistas, com base no artigo 202 da Lei 6.404/76 e no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de 25% de dividendos obrigatórios, após constituição da reserva legal, sobre o lucro a ser distribuído. Dividendos apurado em 31 de dezembro de 2016:

	2016	2015
Lucro Líquido	797.515	217.016
Reserva Legal 5% (lucro líquido do exercício)	(39.876)	(10.851)
Reserva de Incentivos Fiscais	(34.047)	(10.869)